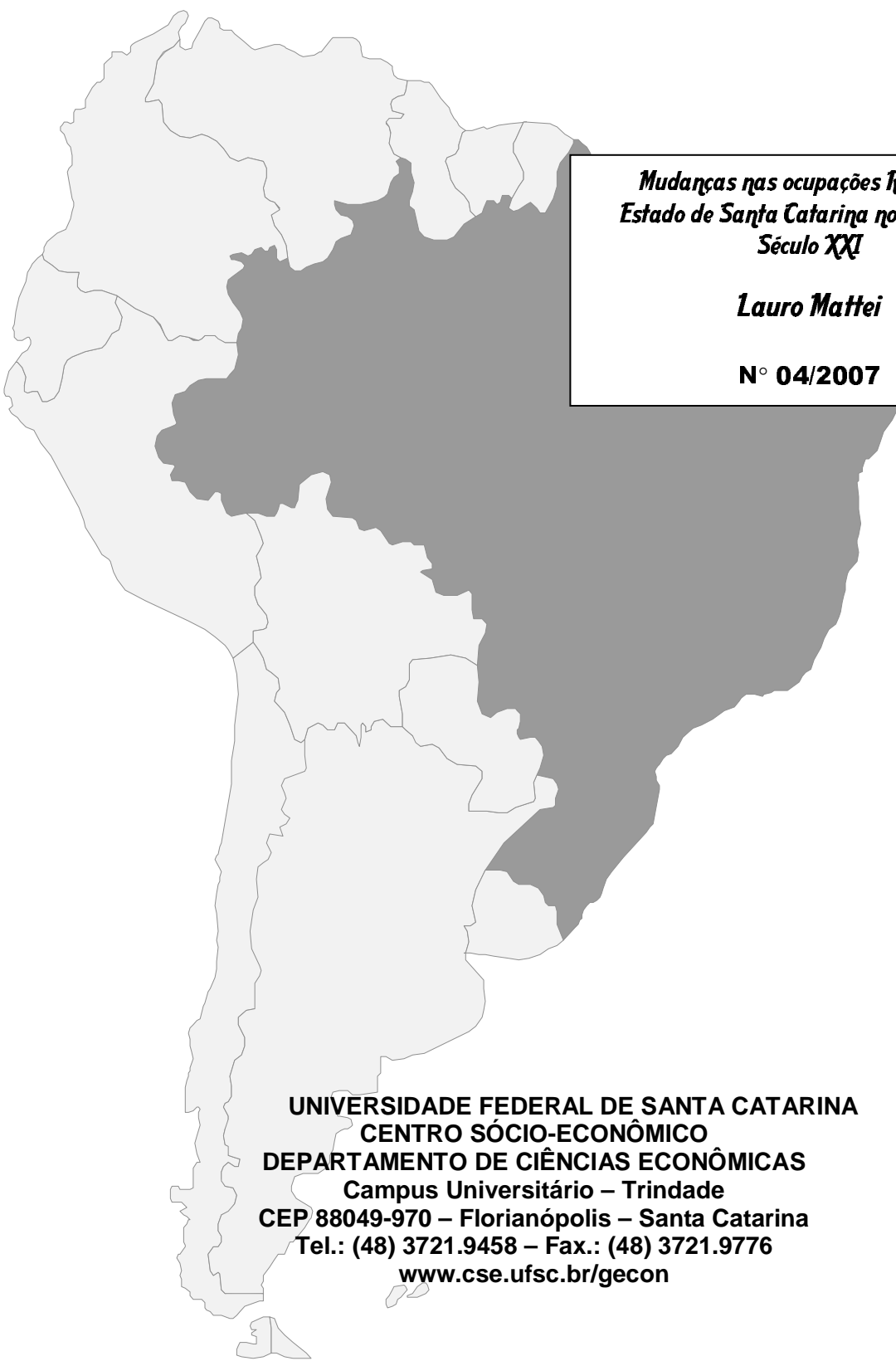


TEXTO PARA DISCUSSÃO



*Mudanças nas ocupações Rurais no
Estado de Santa Catarina no Limiar do
Século XXI*

Lauro Mattei

Nº 04/2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Campus Universitário – Trindade
CEP 88049-970 – Florianópolis – Santa Catarina
Tel.: (48) 3721.9458 – Fax.: (48) 3721.9776
www.cse.ufsc.br/gecon

MUDANÇAS NAS OCUPAÇÕES RURAIS NO ESTADO DE SANTA CATARINA NO LIMAR DO SÉCULO XXI

Lauro Mattei*

INTRODUÇÃO

É consenso atualmente que o emprego rural não pode mais ser analisado apenas a partir de sua vertente agrícola, uma vez que no espaço rural começam a ser desenvolvidas outras atividades que geram ocupações de caráter não-agrícola, as quais estão, em grande parte, dissociadas da produção agropecuária tradicional.

Nesse contexto, emerge o debate acadêmico sobre a “nova ruralidade”, o qual se expressa de diferentes maneiras. Por um lado, a visão tradicional que sempre considerou o meio rural apenas como um espaço de produção agrícola perde sua importância, uma vez que os indicadores setoriais e de mercado já não conseguem mais explicar o processo em curso. Com isso, observa-se que, paralelamente ao enorme êxito obtido pela “Revolução Verde” em termos de expansão da produção agrícola mundial, está cada vez mais nítido o rompimento do enfoque que reduzia as funções do “rural” às atividades de produção agrícola.

Por outro lado, a diversificação dos processos econômicos e sociais locais e regionais conduz a uma heterogeneidade muito grande, tanto do uso da terra como da ocupação dos territórios rurais. Decorre daí uma desarticulação dos laços tradicionais que tinham a agricultura como a única fonte de sustentação da produção, o que possibilita a emergência de um diversificado processo produtivo, que vai desde a produção agropecuária tradicional até um conjunto de atividades econômicas relacionadas aos serviços, lazer, turismo, proteção ambiental e industrialização da própria produção agropecuária.

No Brasil, diversos autores vêm dando destaque às análises sobre a multifuncionalidade do espaço rural, visando apreender as transformações em curso. Neste caso, destaca-se o grupo de pesquisadores vinculados ao “Projeto Rurbano”[†], cujos estudos mostraram que a dinâmica do meio rural brasileiro já não pode mais ser explicada

* Professor dos Cursos de Graduação e de Mestrado em Economia da UFSC.

† - É um projeto temático que procura “caracterizar o novo rural brasileiro”, analisando as transformações no emprego rural em onze unidades da federação (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS E DF). Tal projeto está sob a coordenação do IE/UNICAMP e conta com o apoio financeiro da FAPESP. Maiores informações encontram-se no site <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>

exclusivamente pelo lado da esfera agrícola, tendo em vista a expansão de um conjunto de atividades não-agrícolas que responde cada vez mais pela dinâmica populacional rural brasileira.

Utilizando microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), tabulados pelo Projeto Rurbano, este texto procura mostrar a dinâmica acima descrita no estado de Santa Catarina, através da análise da evolução das ocupações agrícolas e não-agrícolas das pessoas residentes em áreas rurais. Além dessa introdução, o estudo possui mais três seções. Na primeira delas discutem-se os principais procedimentos metodológicos adotados para a tabulação dos microdados das PNADs, tendo em vista a separação das informações usada pelo conjunto de pesquisadores envolvidos com o projeto de pesquisa acima referido. Na segunda seção são analisadas as principais características do trabalho rural catarinense, destacando-se a evolução das ocupações não-agrícolas, os ramos de atividade e os principais setores de ocupação da PEA rural catarinense. Na terceira e última seção são elaboradas as considerações finais do trabalho, destacando-se as tendências das novas formas de ocupação da população rural catarinense.

1 – NOTAS METODOLÓGICAS

No âmbito do “Projeto Rurbano” foram desenvolvidas várias metodologias para compatibilizar os dados, tendo em vista as diversas modificações introduzidas pelo IBGE nos Censos Demográficos, a partir de 1991, e nas PNADs, a partir de 1992.

No Censo Demográfico de 1991, visando atenuar os problemas decorrentes, em grande medida, da não atualização dos perímetros urbanos, o IBGE introduziu novas categorias territoriais, além daquelas quatro categorias que já vinham sendo adotadas há mais tempo, quais sejam: áreas urbanas, áreas urbanas isoladas, áreas rurais e áreas rurais isoladas. A partir daquele ano foram incorporadas ao Censo três novas categorias: os aglomerados rurais do tipo extensão urbana; os aglomerados rurais isolados e as áreas urbanas não-urbanizadas.

A classificação de **aglomerados rurais do tipo extensão urbana** toma como referência o fato de que a distância do núcleo principal deve ser inferior a um quilômetro. Quando essa distância for maior que um quilômetro, as áreas são classificadas como **aglomerados rurais isolados**. Neste último caso, definiu-se três tipos específicos para esses aglomerados: **os povoados** (áreas que não são vinculadas a um único proprietário e que possuem algum tipo de serviços); **os núcleos** (áreas vinculadas a um único proprietário e com independência em relação aos serviços) e **os outros** (áreas com ausência de serviços e sem

vínculos com um único proprietário). Finalmente, a categoria urbana não-urbanizada compreende aquelas áreas que, mesmo localizadas em perímetros urbanos, desenvolviam atividades agropecuárias.

A partir dessas mudanças, os microdados processados pelo “Projeto Rurbano” foram analisados a partir de dois cortes estatísticos básicos. O primeiro corte separou as informações, de acordo com a área censitária, em regiões metropolitanas e não-metropolitanas, com o objetivo de isolar os efeitos das áreas metropolitanas sobre as demais áreas[‡]. O segundo corte organizou as informações, de acordo com a situação domiciliar, em quatro situações distintas, a saber:

- a) áreas urbanas exclusivas: compreende apenas as informações referentes à categoria já existente anteriormente, considerada como urbano urbanizada;
- b) áreas periféricas: compreende as informações referentes às categorias urbano não-urbanizada e aglomerados rurais do tipo extensão urbana (áreas limítrofes ao perímetro urbano). Essa abertura visa captar os efeitos da extensão das áreas urbanas sobre as áreas rurais, dentro da lógica do *continuum urbano-rural*;
- c) áreas de distritos e de povoados: compreende as informações referentes às categorias urbano isolado e os povoados e outros dos aglomerados rurais isolados. Essa abertura incorpora as áreas não vinculadas a um único proprietário e que possuem serviços, além das áreas urbanas não-urbanizadas, que possuem funções similares (desenvolvem atividades agropecuárias);
- d) áreas rurais exclusivas (rural agropecuário): compreende as informações referentes às categorias rural exclusive e os núcleos dos aglomerados rurais isolados. Essa abertura incorpora as áreas de um único proprietário onde são desenvolvidas as atividades agropecuárias, independente de possuírem ou não serviços, e delimita com maior precisão aqueles espaços onde predominam as atividades agrícolas.

Posteriormente, as mesmas informações foram separadas pela condição de ocupação (economicamente ativas e não economicamente ativas) e pelos ramos de atividades (agrícolas e não-agrícolas).

[‡] - Obviamente que esse corte só faz sentido para aqueles estados que possuem regiões metropolitanas, o que não é o caso específico de Santa Catarina.

2 – EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES RURAIS CATARINENSES

Embora o agrupamento das informações acima citado tenha gerado avanços no conhecimento sobre a localização domiciliar da população, deve-se reconhecer que ainda restam problemas relativos à própria fonte geradora dos dados, uma vez que as PNAD não permitem desagregação regional dentro de uma mesma unidade da federação, exceto naqueles casos em que a unidade da federação possui área metropolitana. Nessas unidades as informações são separadas em “regiões metropolitanas” e “regiões não-metropolitanas”, com os objetivos de isolar os efeitos das áreas metropolitanas sobre as demais áreas e de ampliar as informações para níveis inferiores ao de um Estado específico.

Este procedimento, entretanto, não é factível para o estado de Santa Catarina porque não existem regiões metropolitanas na referida unidade da federação, como pode ser observado pela tabela 1. Portanto, as informações utilizadas na seqüência obrigatoriamente têm que ser analisadas agregadamente.

Além disso, nota-se na mesma tabela que as novas categorias populacionais introduzidas no Censo Demográfico do IBGE de 2001 provocam poucas interferências nas análises desagregadas, uma vez que a grande maioria das informações concentra-se nas categorias tradicionais, ou seja, nas situações domiciliares urbano e rural. Assim, verifica-se que a situação domiciliar “Periferia”, que seriam as áreas próximas aos centros urbanos, responde por aproximadamente 0,30 % da população total e por 0,20% das pessoas economicamente ativas. Já a situação domiciliar “Povoados”, que seriam as áreas mais distantes dos centros urbanos e os aglomerados populacionais em regiões rurais, não representa praticamente nada em termos de participação percentual no conjunto da população e menos ainda dentre as pessoas consideradas economicamente ativas.

Tabela 1: condição de ocupação das pessoas, segundo as regiões metropolitanas e situação do domicílio. Santa Catarina, 2001 a 2004.

Situação do Domicílio	Condição e Ramo de Atividade	2.001 (1.000)	2.002 (1.000)	2.003 (1.000)	2.004 (1.000)	Taxa 01/04 (% ^a a)
Metropolitana						
	Economicamente ativas	0	0	0	0	
Não Metropolitana		5.517	5.607	5.695	5.765	1,5 ***
Urbana		4.309	4.348	4.494	4.512	1,7 ***
	Economicamente ativas	2.171	2.194	2.331	2.401	3,7 ***
	Agrícola	66	85	82	92	10,0 *
	Não-agrícola	1.989	1.977	2.084	2.174	3,3 **
	procurando emprego	116	133	165	135	7,1
	Não economicamente ativas	2.139	2.154	2.163	2.111	-0,3
Periferia		124	135	137	155	7,2 ***
	Economicamente ativas	67	64	73	88	10,1 *
	Agrícola	-	-	-	-	
	Não-agrícola	63	59	67	85	10,6 *
	procura emprego	3	5	6	3	1,2
	Não economicamente ativas	57	71	63	67	3,9
Povoados		21	43	37	38	16,8
	Economicamente ativas	5	15	9	12	25,2
	Agrícola	-	-	-	-	
	Não-agrícola	5	15	9	12	25,2
	procura emprego	-	-	-	-	
	Não economicamente ativas	17	27	27	26	14,3
Rural agropecuário		1.062	1.081	1.028	1.059	-0,6
	Economicamente ativas	597	625	596	628	1,0
	Agrícola	418	450	416	430	0,0
	Não-agrícola	172	168	170	191	3,2
	procura emprego	7	7	10	8	6,3
	Não economicamente ativas	465	456	432	432	-2,7 **

Fonte: Projeto Rurbano, processamento das PNADs.

A tabela 2 apresenta a evolução das informações durante o período 2001-2004, de acordo com a situação domiciliar, a condição de ocupação e os ramos de atividade do conjunto das pessoas ocupadas. Em termos de domicílio, nota-se que o meio urbano responde por cerca de 80% das ocupações, com taxas de crescimento positivas e significativas aos níveis considerados. Isso fez com que o número de pessoas ocupadas e residentes em áreas urbanas crescesse de 2,2 milhões, em 2001, para 2,5 milhões, em 2004. Já no meio rural percebe-se certa estabilidade das ocupações rurais, o que em valor absolutos significa 600 mil pessoas.

De alguma forma, esses dados revelam certo dinamismo do setor urbano, tendo em vista que as taxas de crescimento das ocupações das pessoas com domicílio urbano superam as taxas de crescimento do conjunto da PEA estadual.

Tabela 2: condição de ocupação das pessoas, segundo a situação do domicílio. Santa Catarina, 2001 a 2004.

Situação do Domicílio	Condição e Ramo de Atividade	2.001 (milhões)	2.002 (milhões)	2.003 (milhões)	2.004		Taxa 01/04 (% ^a a)
					(milhões)	(%)	
Urbano		4,5	4,5	4,7	4,7		2,0***
	Economicamente Ativa	2,2	2,3	2,4	2,5	100%	3,9***
	Ocupados (b)	2,1	2,1	2,2	2,4	94%	3,8***
	Agrícola	0,1	0,1	0,1	0,1	4%	9,5*
	Não-agrícola	2,1	2,1	2,2	2,3	91%	3,5**
	Procurando emprego	0,1	0,1	0,2	0,1	6%	6,9
Rural (a)		1,1	1,1	1,0	1,1		-0,6
	Economicamente Ativa	0,6	0,6	0,6	0,6	100%	1,0
	Ocupados (b)	0,6	0,6	0,6	0,6	99%	1,0
	Agrícola	0,4	0,4	0,4	0,4	68%	0,0
	Não-agrícola	0,2	0,2	0,2	0,2	30%	3,2
	Procurando emprego	0,0	0,0	0,0	0,0	1%	6,3

Fonte: Projeto Rurbano, processamento das PNADs.

Do ponto de vista dos ramos de atividades, nota-se a existência de tendências bem opostas, em ambas as situações domiciliares. No caso das pessoas com domicílio urbano, nota-se que a maioria absoluta (91%) está ocupada em atividades não-agrícolas, sendo baixa a participação (4%) das pessoas residentes nesta situação domiciliar e ocupadas em atividades agrícolas. Deste modo, mesmo que as taxas de queda não tenham sido significativas aos níveis considerados, verifica-se que é cada vez menor a participação da PEA agrícola nesta situação domiciliar, o que demonstra que o meio urbano concentra cada vez mais as ocupações de caráter eminentemente não-agrícolas, muito embora parte delas se expresse também nas áreas rurais.

Já para o caso das pessoas com domicílio em áreas rurais, verifica-se que apenas 68% das pessoas economicamente ativas estão ocupadas em atividades agrícolas, sendo que o restante encontrava-se ocupado em atividades não-agrícolas. Esse percentual (32%) de participação dessas atividades na PEA rural, além de ser bastante expressivo, vem apresentando uma tendência de crescimento, uma vez que no início da década de 1990 ele se situava ao redor de 20% da PEA rural catarinense.

A tabela 3 apresenta o conjunto da PEA ocupada pelos vários ramos de atividade[§], com desmembramento entre atividades agrícolas e não-agrícolas. Adotando-se a metodologia tradicional que separa as atividades econômicas em primárias, secundárias e terciárias, nota-se que, no âmbito geral do Estado, destaca-se o ramo de serviços, que em 2004 respondia por 53% do total das ocupações existentes no estado.

Tabela 3: Ramos de atividade das pessoas ocupadas. Santa Catarina, 2002-2004.

RAMOS DE ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS		2.002	2.003	2.004	Taxa 02/04	
		(1.000)	(1.000)	(1.000)	(% ^a a)	
POPULAÇÃO OCUPADA (TOTAL)						
Agrícola		538	502	524	-1,4	
Indústria		811	816	902	5,5	
	Indústria	17	13	20	8,9	
	Indústria de transformação	625	621	700	5,8	
	Construção	169	182	182	3,9	
Serviços		1.409	1.514	1.559	5,2	*
	Comércio e reparação	465	501	532	6,9	***
	Alojamento e alimentação	78	98	85	4,2	
	Transporte, armazenagem e comunicação	114	105	121	2,8	
	Administração pública	114	136	121	3,1	
	Educação, saúde e serviços sociais	197	231	236	9,5	
	Serviços domésticos	172	152	162	-3,0	
	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	86	96	96	5,8	
	Outras atividades	179	192	203	6,7	***
	Atividades mal definidas ou não declaradas	3	-	-		

Fonte: Projeto Rurbano, processamento das PNADs.

[§] - O IBGE define em 11 os ramos de atividades, os quais representam um detalhamento da segmentação anterior que separava os setores em primário, secundário e terciário.

No caso de Santa Catarina, diferentemente de outras unidades da federação, o ramo industrial, especialmente das indústrias de transformação, continua ocupando importantes contingentes da PEA total (30% em 2004). Em parte, isso se deve a existência de um parque industrial bastante diversificado, além de distribuído regionalmente, possibilitando maior inserção de mão-de-obra neste ramo de atividade

Já o ramo de atividades agrícolas vem confirmando a tendência de queda em sua participação na PEA total verificada na última década do século XX. Assim, em 2004, menos de 18% da população economicamente ativa do estado estava ocupada no setor primário, muito embora este continue sendo bem relevante para a economia estadual.

Por fim, deve-se ressaltar o comportamento de diversos ramos do setor terciário da economia, especialmente o comércio e reparação, os serviços domésticos e as atividades de educação, saúde e serviços sociais. Conjuntamente esses três ramos de atividade representam 60% das atividades de prestação de serviços e 31% da PEA ocupada no estado.

A tabela 4 apresenta os ramos de atividades não-agrícolas das pessoas com residência rural. Em primeiro lugar, observa-se que as ocupações não-agrícolas respondiam, em 2004, por 31% da PEA rural estadual, conformando um cenário em que cada vez mais se reduz as ocupações de caráter estritamente agrícola e uma expansão da participação das ocupações de caráter não-agrícola.

De alguma maneira, esse movimento ocupacional da população rural catarinense minimiza os impactos da redução das ocupações na agricultura sobre a PEA rural, ou seja, a população economicamente ativa com residência rural só não tem sua participação mais reduzida na PEA total porque as ocupações não-agrícolas ajudam a manter postos de trabalho para as pessoas que continuam mantendo sua situação domiciliar em áreas rurais.

Em termos dos ramos de produção, nota-se que a indústria de transformação e o comércio e reparação respondem por mais de 57% das ocupações rurais não-agrícolas. Se a eles juntarmos os serviços domésticos e educação e saúde, atinge-se quase 75% deste tipo de ocupações.

Tabela 4: Ramos de atividade das pessoas ocupadas e residentes em domicílios rurais. Santa Catarina, 2002-2004.

RAMOS DE ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS		2.002	2.003	2.004	Taxa 02/04	
		(1.000)	(1.000)	(1.000)	(% aa)	
PESSOAS COM RESIDÊNCIA RURAL						
Agrícola		450	416	430	-2,3	
Indústria		85	85	93	4,6	
	Indústria	-	-	-		
	Indústria de transformação	67	65	78	8,1	
	Construção	15	17	13	-7,2	
Serviços		83	85	97	8,3	
	Comércio e reparação	27	27	31	6,7	
	Alojamento e alimentação	3	6	5	16,2	
	Transporte, armazenagem e comunicação	4	6	12	70,0	*
	Administração pública	8	5	9	7,5	
	Educação, saúde e serviços sociais	17	11	17	2,3	
	Serviços domésticos	17	21	14	-10,0	
	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	-	-	6		
	Outras atividades	4	6	-		
	Atividades mal definidas ou não declaradas	-	-	-		

Fonte: Projeto Rurbano, processamento das PNADs

Mas observam-se algumas tendências distintas entre os diversos ramos de atividades. Por um lado, verifica-se um grupo de ramos onde ocorre expansão das ocupações, como é o caso do ramo de transportes, armazenagem e comunicação e do ramo de alojamento e alimentação, os quais apresentaram as maiores taxas de crescimento no período considerado. Por outro, nota-se que os ramos da construção civil e de serviços domésticos foram os únicos que reduziram as taxas de crescimento, o que pode indicar algumas características importantes que precisam ser investigadas na seqüência da pesquisa.

Em síntese, as informações até aqui analisadas revelam o processo de mudança em curso no emprego rural catarinense, confirmando-se a tendência de crescimento das ocupações não-agrícolas, ao passo que as ocupações estritamente agrícolas vêm diminuindo sua participação no conjunto da PEA rural.

Essa queda do emprego agrícola está relacionada a dois fatores básicos. Por um lado, o trabalho demandado pelas funções agrícolas nas unidades familiares de produção já não é

mais suficiente para incorporar a mão-de-obra oriunda das famílias, ou seja, a oferta de trabalho agrícola está cada vez menor e não atende aos anseios e/ou demandas dos trabalhadores familiares. Em grande medida, isso ocorre porque a mecanização da maior parte das atividades dos ciclos de produção libera a força de trabalho humano. Por outro, a queda do nível de renda das famílias agrícolas devido às políticas setoriais e a elevação da relação insumo/produto na produção agropecuária obriga parte dos membros familiares a buscar outras alternativas de rendimento fora das unidades de produção.

Finalmente, a tabela 5 apresenta os diversos setores de atividades não ligados à agricultura onde as pessoas residentes se ocupam produtivamente. No ano de 2004 observa-se que os vendedores, os trabalhadores domésticos, os motoristas e os operadores de máquinas ligadas ao setor de vestuário formam a grande maioria das ocupações não-agrícolas dos residentes em áreas rurais.

Em relação aos trabalhadores domésticos, verifica-se que as facilidades de transportes existentes em várias cidades-pólo regional possibilitam que as pessoas permaneçam residindo em áreas rurais e exerçam suas atividades profissionais em outros locais, uma vez que a atividade de prestação de serviços domésticos no próprio meio rural não é muito comum.

Já em relação aos condutores de veículos que distribuem mercadorias, é muito comum se verificar junto a algumas localidades rurais a existência de pessoas que, apenas por questões financeiras, residem em pequenos sítios e trabalham de motoristas de caminhões e, até mesmo, de ônibus. Na região Oeste esta é uma ocupação que vem se disseminando a partir do momento que as grandes agroindústrias de aves e suínos passaram a terceirizar a entrega de seus produtos.

Da mesma forma, as ocupações no setor vestuário começaram a crescer expressivamente nas duas últimas décadas, a partir do momento que as indústrias do setor têxtil e do vestuário passaram a terceirizar parte do processo de confecção de roupas. Assim, surgiram as “façções” que ocupam mão-de-obra rural, especialmente do sexo feminino, nos momentos de finalização do processo produtivo. Esta situação é bastante visível agora também na região Sul de Santa Catarina, além da tradição já amplamente documentada no Vale do Itajaí.

Tabela 5: Principais ocupações das pessoas residentes áreas rurais e ocupadas em atividades não-agrícolas. Santa Catarina, 2002-2004.

OCUPAÇÕES NÃO-AGRÍCOLAS	2.002 (1.000)	2.003 (1.000)	2.004 (1.000)	Taxa 02/04 (% 'a)
ÁREAS RURAIS				
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	8	10	13	28,9 ***
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	17	21	12	-15,8
Condutores de veículos (distribuidor de mercadorias)	5	5	12	53,6
Operadores de máquinas de costura de roupas	8	11	10	10,8
Gerentes de produção e operações	5	6	6	6,0
Trabalhadores na manutenção e conservação de edif.	8	-	6	
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	7	7	5	-21,1
Cozinheiros	5	-	5	
Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem	6	6	4	-19,7
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares	4	-	4	
Supervisores da construção civil	-	-	4	
Marceneiros e afins	-	-	3	
Operadores de máq. de desdobramento de madeiras	3	3	3	0,6
Dirigentes de empresas - com mais de 5 empregados	-	-	3	
Garçons, barmen e copeiros	-	-	3	
Sub-Total	78	70	94	
TOTAL - RURAL NÃO-AGRÍCOLA	168	170	191	6,4

Fonte: Projeto Rurbano, processamento das PNADs

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações analisadas mostram que o emprego rural catarinense assume novos contornos no limiar do século XXI, para além das explicações tradicionais vinculadas ao calendário e ao processo de produção agrícola exclusivamente. De um modo geral, confirma-se uma tendência de crescimento das ocupações não-agrícolas para uma parcela significativa da população com residência rural, ao mesmo tempo em que as ocupações de caráter estritamente agrícola vêm diminuindo sua participação no contexto da PEA rural.

Como vimos, a PEA agrícola teve queda durante o período considerado, ou seja, entre 2001 e 2004 ocorreu a redução de 20 mil pessoas que se encontravam ocupadas com trabalho agrícola "stricto sensu". Os impactos dessa queda só não foram maiores porque houve um crescimento expressivo das ocupações não-agrícolas, que passaram a responder, em 2004, por aproximadamente 31% da PEA rural catarinense. Em termos absolutos, isso significou que os

residentes em áreas rurais ocupados em atividades não-agrícolas passaram de 172 mil pessoas, em 2001, para 191 mil pessoas, em 2004.

Este comportamento do emprego agrícola "stricto sensu" pode estar relacionado a diversos fatores. Por um lado, o trabalho demandado pelas funções agrícolas nas unidades familiares de produção já não é mais suficiente para incorporar toda a mão-de-obra oriunda das famílias, ou seja, a necessidade de trabalho agrícola está cada vez menor, não atendendo aos anseios e/ou demandas dos trabalhadores familiares. Em grande medida, isso ocorre porque a mecanização da maior parte das atividades dos ciclos de produção libera a força de trabalho humano. Por outro lado, a queda do nível de renda das famílias agrícolas devido às políticas setoriais e a elevação da relação insumo/produto na produção agropecuária obriga parte dos membros familiares a buscar outras alternativas de rendimento fora das unidades de produção. Este aspecto é bastante retratado na literatura sobre o emprego rural, uma vez que o tema da renda torna-se um dos principais fatores que estimulam a busca de atividades complementares às atividades agropecuárias tradicionais.

No entanto, convém lembrar que a queda do emprego agrícola não é um problema específico de Santa Catarina, conforme já alertaram diversos autores. De um modo geral, estudos mostraram que houve uma redução constante da demanda de força de trabalho agrícola no meio rural brasileiro a partir dos anos oitenta em consequência, basicamente, da elevação da produtividade do trabalho associada à incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo, as quais substituíram ou eliminaram a força de trabalho humana.

Além disso, a redução dos níveis de emprego não é uma exclusividade do setor agrícola. Analisando o comportamento da economia brasileira nos períodos recentes, Mattoso & Baltar (1996) afirmaram que o baixo dinamismo industrial se refletiu também sobre a geração de emprego, tanto na indústria de transformação como nos demais setores de atividades econômicas. Desta forma, concluíram que essa escassa geração de empregos, mesmo com o crescimento da produção industrial, está relacionada com as transformações que elevaram intensamente a produtividade do trabalho em todos os setores de atividade econômica.

É neste contexto, então, que as novas funções colocadas para o espaço rural catarinense podem contribuir de forma decisiva para gerar ocupações às pessoas que já não encontram mais trabalho especificamente no setor agrícola.

BIBLIOGRAFIA

DEL GROSSI, M. E. (1999). **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1981-1995**. Campinas: UNICAMP/IE, 221 p. (Tese de doutoramento).

GRAZIANO DA SILVA, J. (1997). O novo rural brasileiro. In: **Revista Nova Economia**, v.7, nº 1, p.43-81.

MATTEI, L. (1998). As ocupações não-agrícolas no meio rural catarinense na década de 90. In: **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Poços de Caldas (MG), 1998.

MATTEI, L. (1999a). Novas formas de ocupações da população rural catarinense nos anos *noventa*. In: **Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Foz do Iguaçu (PR), 1999.

MATTEI, L. (1999b). **Pluriatividade e desenvolvimento rural no estado de Santa Catarina**. Campinas: UNICAMP/IE, 211 p. (Tese de doutoramento).

MATTOSO, J.E.L & BALTAR, P.E. (1996). **Transformações estruturais e emprego nos anos noventa**. Campinas, UNICAM/CESIT (Cadernos do CESIT nº 21).

WELLER, J. (1997). El empleo rural no agropecuario en el Istmo Centroamericano. In: **Revista da Cepal**, nº 62, pp.75-90.

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Nº 01/07 - MATTEI, Lauro Francisco e VENTURI, Alíne Zeli. Evolução do Emprego Formal em Santa Catarina.

Nº 02/07 - LINS, Hoyêdo Nunes. Geometrias do Embate Social na Bolívia do Século XXI.

Nº 03/07 - MATTEI, Lauro Francisco e ALVES, Pedro Assumpção. Migrações no Oeste Catarinense: História e Elementos Explicativos.

Nº 04/07 - MATTEI, Lauro Francisco. Mudanças nas ocupações Rurais no Estado de Santa Catarina no Limiar do Século XXI.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Campus Universitário – Trindade
CEP 88.049-970 – Florianópolis - Santa Catarina
Tel.: (48) 3721.9458 – Fax (48) 3721.9776
www.cse.ufsc.br/gecon